

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	39
-------------------------	----

CAPÍTULO 1.

A PROVA, O TESTEMUNHO E A PROVA PERICIAL. DO GÊNERO À ESPÉCIE	49
1. A prova pericial	49
1.1. A prova no direito	53
1.2. A prova pericial: o conhecimento técnico e o <i>expert</i>	70
2. O caráter testemunhal da prova pericial	82
2.1. O testemunho e a sua epistemologia	90
2.2. O reducionismo <i>versus</i> o não-reducionismo.....	97
3. Alguns pressupostos epistêmicos e o raciocínio probatório.....	108
3.1. A epistemologia jurídica	112
3.1.1. As regras probatórias	113
3.1.2. As crenças justificadas individuais.....	117
3.1.3. Os efeitos das crenças judiciais.....	123

	3.1.4. A verdade e o processo judicial	125
4.	A prova pericial e a justificação testemunhal	127
4.1.	Sobre a imparcialidade pericial	130
4.2.	Modelos de acesso do conhecimento técnico ao processo judicial.....	136
4.3.	Entre deferência e educação	144

CAPÍTULO 2.

A CIENTIFICIDADE E AS PROVAS PERICIAIS.

	A EXPERIÊNCIA ESTADUNIDENSE.	149
1.	A ciência, a cientificidade e a prova pericial.....	149
1.1.	O problema da demarcação	154
1.2.	Um ar familiar entre as ciências	160
2.	A experiência estadunidense	164
2.1.	A aceitação geral na área relevante	165
2.2.	A cientificidade da prova pericial	172
2.3.	A Corte Suprema no caso <i>Daubert</i>	176
3.	Os fatores <i>Daubert</i>	183
3.1.	A submissão a prova (<i>whether the theory or technique in question can be - and has been - tested</i>).....	186
3.2.	As publicações e a avaliação por pares [<i>whether (the theory or technique) has been subjected to peer review and publication</i>]	204
3.3.	A margem de erro (<i>its known or potential error rate, and the existence and maintenance of standards controlling its operation</i>).....	209
3.4.	Uma ampla aceitação da comunidade científica (<i>whether it has attracted widespread acceptance within a relevant scientific community</i>).....	214
3.5.	Um quinto fator	221
4.	Pós- <i>Daubert</i>	226
4.1.	O caso <i>Joiner</i>	227
4.2.	O caso <i>Kumho</i>	236

5.	E agora?.....	243
5.1.	A admissão <i>versus</i> a valoração da prova pericial ..	243
5.2.	O paternalismo epistêmico.....	249

CAPÍTULO 3.

	A PROVA PERICIAL DE PARTE. POR UM MODELO EDUCATIVO	263
1.	O testemunho do perito de parte	263
1.1.	O perito de parte e as afirmações periciais.....	266
2.	A admissibilidade das afirmações periciais	276
2.1.	A informação técnica.....	279
2.2.	O julgador dos fatos.....	287
2.3.	O contexto processual	295
3.	A produção da prova pericial de parte	304
3.1.	O princípio do contraditório como ferramenta cognoscitiva do juiz e a epistemologia do testemunho.....	311
3.1.1.	As máximas de experiência (ou o <i>background</i>) do juiz	322
3.2.	A produção em contraditório de uma prova pericial.....	329
3.3.	A produção em contraditório de uma prova pericial em relação com outras provas	338
4.	A valoração da prova pericial de parte e a justificação testemunhal.....	343
4.1.	A confiabilidade e o testemunho <i>expert</i>	347
5.	A título de conclusão	359

CAPÍTULO 4.

	O PERITO DE CONFIANÇA DOS JUÍZES. POR UM MODELO DEFERENCIALISTA	367
1.	O perito do juiz e as razões interpessoais	367

2.	O juiz e o perito a ser selecionado	372
2.1.	A relação entre eles	375
2.2.	O perito como bom informante.....	385
2.3.	A prerrogativa epistêmica do juiz	391
3.	A designação do perito de confiança.....	395
3.1.	A confiabilidade do <i>expert</i>	404
3.1.1.	A autoridade teórica ou epistêmica	410
3.1.2.	O interesse encapsulado	424
3.2.	Alguns sistemas de designação judicial de peritos.....	431
3.3.	Alguns problemas na seleção do perito confiável	439
4.	A produção probatória do perito de confiança do juiz ...	444
4.1.	O princípio do contraditório como garantia de defesa	448
4.2.	A (possível) acareação entre peritos	454
5.	A valoração do testemunho pericial confiável	458
5.1.	Os <i>standards</i> de prova jurídicos e os <i>standards</i> de prova das áreas de conhecimento	464
6.	A título de conclusão	470

CAPÍTULO 5.

	ALGUMAS CONCLUSÕES PRÁTICAS	479
1.	Dirigidas à cultura jurídica em geral	479
1.1.	Nenhum indivíduo tem as capacidades suficientes para conhecer por si só o que em muitos indivíduos agora sabemos	480
1.2.	Não há um método científico que permita distinguir as ciências de qualquer outra ati- vidade, que seja aplicado por todas as ciências e somente por essas e que, de alguma maneira, assegure a qualidade dos resultados	481

1.3.	A imparcialidade é uma questão que vai muito além da relação do perito com a parte que o contrata	482
1.4.	Seria útil ter maior informação sobre o histórico de <i>experts</i> em sede jurisdicional.....	483
1.5.	É necessário dispor de informação empírica sobre como estão funcionando nossos tribunais; entre outras coisas, que tipo de perícias são levadas a cabo, em quais processos são determinantes, quais são suas deficiências etc..	484
2.	Dirigidas ao legislador, <i>de lege ferenda</i>	484
2.1.	Sobre a admissão das provas periciais.....	485
2.2.	Sobre a produção das provas periciais.....	487
2.3.	Sobre a valoração das provas periciais e sobre a tomada de decisão.....	487
3.	Dirigidas aos juízes e tribunais.....	488
3.1.	Na admissão de uma prova pericial.....	488
3.2.	Na produção de uma prova pericial	489
3.3.	Na valoração da prova pericial.....	490
4.	Dirigidas aos <i>experts</i> e às comunidades <i>experts</i> que participam dos processos judiciais.....	492
4.1.	Uma maior participação substancial como comunidade, para além da participação individual de cada perito particular, permitiria um controle intersubjetivo das atuações dos <i>experts</i> na arena judicial.....	492
4.2.	Duas questões relacionadas à linguagem dos <i>experts</i>	493
4.3.	A geração de informação empírica.....	494
4.4.	A identificação de acordos e desacordos	494
5.	Para continuar trabalhando	494
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	497